

# VALOR, DINHEIRO E DINHEIRO DE CRÉDITO EM HARVEY

Matheus Itiro de Castro Tao<sup>1</sup>

Dayani Cris de Aquino<sup>2</sup>

## 1. INTRODUÇÃO

A teoria marxista do dinheiro é, até hoje, alvo de diversas controvérsias provenientes da falta de consenso teórico entre os marxistas que versaram sobre o tema ao longo das últimas décadas, o que se observa tanto no âmbito estrangeiro (Foley, Lapavitsas, Lipietz, Moseley) quanto no Brasil (Germer, Klagsbrunn, Carcanholo, Corazza e etc.)

De modo concomitante ao desdobramento de relevantes debates sobre o dinheiro no âmbito do marxismo, observa-se o crescimento da relevância das obras de David Harvey<sup>3</sup>, um prestigiado teórico marxista. Harvey realiza uma longa e detalhada análise das obras econômicas de Marx, reservando de igual maneira um espaço destinado à discussão das categorias dinheiro e dinheiro de crédito. Não obstante, isso não o livrou do cometimento de deslizos conceituais, e até, do afastamento das concepções de Marx em determinados momentos.

Desse modo, intentar-se-á com esse artigo, realizar uma crítica respeitosa e construtiva no que diz respeito ao entendimento de Harvey sobre a teoria marxista do dinheiro, a qual engloba os conceitos de valor, dinheiro, dinheiro de crédito, papel-moeda, dinheiro fiduciário<sup>4</sup> e etc. contidos nos trabalhos: “Os limites do capital”; “17 contradições e o fim do capitalismo”; “A loucura da razão econômica”.

## 2. VALOR E DINHEIRO

No tocante aos conceitos iniciais d’O Capital, Harvey (2013, p.58-9) esclarece que Marx define a mercadoria como uma incorporação dúplex de valor de uso e valor de troca, sendo o primeiro imediatamente abstraído com vistas ao prosseguimento à “análise dos

---

<sup>1</sup> Graduando do curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal do Paraná.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná.

<sup>3</sup> David Harvey é um geógrafo britânico, professor emérito de antropologia na pós-graduação da Universidade da Cidade de Nova York (The City University of New York – Cuny) e ex-professor de geografia nas universidades Johns Hopkins e Oxford.

<sup>4</sup> Esse, por sua vez, não constitui um conceito concernente à obra de Marx.

valores de troca”. A igualdade formal entre dois valores de uso qualitativamente distintos se respalda num atributo em comum, “o fato de serem produtos do trabalho humano”. O verdadeiro problema de sua exposição vem a seguir, quando alega que o argumento utilizado por Marx é praticamente idêntico ao utilizado por Ricardo, excetuando-se a diferenciação introduzida por Marx entre “trabalho útil concreto” e “trabalho humano abstrato”, o primeiro cria valores de uso, e o segundo cria valor. E assim, ele diz, “o argumento de Marx parece, agora, meramente tautológico – a medida de valor é aquele trabalho humano que cria valor!” (HARVEY, 2013, p.59). Marx solve esse percalço tautológico (no entendimento de Harvey) através de uma análise que diferencia o trabalho abstrato do trabalho concreto. Todo o trabalho é concreto por envolver transformação material da natureza, mas o intercâmbio mercantil apaga as diferenças individuais entre os diferentes trabalhos, de modo que “a comensurabilidade das mercadorias atingida por meio da troca torna o trabalho nelas incorporado igualmente comensurável” (HARVEY, 2013, p.59). O que ele quer dizer é, que se a média para se produzir um par de sapatos é de um dia, “*o trabalho abstrato incorporado é de um dia*”, não importando se ele requer ao trabalhador poucas horas ou vários dias para produzi-lo. E assim, Harvey (2013, p.59) triunfalmente chega em sua conclusão: “*o trabalho abstrato é definido então como um tempo de trabalho socialmente necessário*”. Essas afirmações encerram imprecisões conceituais. Primeiro porque Harvey confunde a substância do valor (trabalho abstrato) com a medida do valor (tempo de trabalho socialmente necessário). E em segundo lugar porque compreende equivocadamente o conceito de trabalho concreto. O trabalho concreto é concreto não “por envolver transformação material da natureza”, mas por conter características diferenciadoras dos diversos tipos de trabalhos. Características estas que ao serem abstraídas nos levam ao conceito de trabalho abstrato.

Mais à frente, Harvey (2013, p.60) declara que “o trabalho humano é uma destilação”, engendrada sob relações de produção específicas (capitalistas), e que o “trabalho abstrato só pode se tornar medida do valor ao passo que um tipo específico de trabalho humano – trabalho assalariado – se torna geral”. Analisemos esta proposição por partes: i) o trabalho abstrato é substância do valor, e o tempo de trabalho socialmente necessário é medida do valor, distinção essa que não aparece com clareza em sua obra; ii) o valor se efetiva como categoria definidora do metabolismo do trabalho humano somente a partir do estabelecimento de relações de produção capitalistas. Ou seja, somente sob a égide do modo de produção capitalista o valor deixa de ser um mero conceito para converter-se em categoria; iii) No entanto, não aparece no argumento de Harvey o processo de progressiva autonomização do valor. Com a efetivação da economia mercantil simples (circulação simples), o dinheiro se

estabelece como primeira forma de expressão autônoma do valor, forma esta ainda insuficiente, já que na circulação simples a existência do valor é efêmera e limitada ao âmbito da circulação. Para cristalizar-se como categoria, o valor deve ser capaz de se conservar, possibilidade que apenas se põe em efetividade na circulação capitalista, em que o trabalho assalariado se torna geral, com o capital tomando o lugar do dinheiro como a forma mais desenvolvida de expressão autônoma do valor (GERMER, 1995, p.80).

Adiante, ele diz que “a substância do valor só pode influenciar a produção e a troca de mercadorias se houver alguma maneira desse valor ser representado materialmente” (HARVEY, 2013, p.61). Esse entendimento é correto, já que a conformação de uma mercadoria específica como expressão autônoma do valor engendra uma disrupção qualitativa em relação à troca direta de produtos, cujas barreiras sucumbem ante o desenvolvimento da troca mercantil e, por conseguinte, da circulação simples. Não obstante, ser-se-ia mais apropriado dizer que a representação do valor em um material específico (o dinheiro) engendra a troca de mercadorias, a qual se encontra inextrincavelmente coadunada ao desenvolvimento do metabolismo do trabalho humano (MARX, 2013, p.187).

Com o prosseguimento de sua análise, ele afirma que “a existência do dinheiro é uma condição necessária para destilar o trabalho abstrato do trabalho concreto”. Essa asserção pode ser entendida de diversas maneiras. Harvey pode ter se respaldado na passagem em que Marx aborda a separação formal do valor de uso e do valor de troca<sup>5</sup>, já que a partir do momento em que o dinheiro é posto, a troca se normaliza enquanto ato social, e desse modo, a utilidade em si (valor de uso) se aparta da utilidade para a troca (valor de troca), as quais se encontram respectivamente imbricadas com conceitos relacionais, uma com o trabalho concreto e outra com o trabalho abstrato. Não obstante, essa afirmação parece constituir a continuidade de seu argumento sobre a necessidade do dinheiro no que toca à transformação do “trabalho abstrato em medida de valor”, uma vez que ele só pode converter-se em medida através da diluição completa do componente que distingue diferentes valores de uso no âmbito qualitativo (HARVEY, 2013, p.62)

Mais à frente, ele indaga que se é o sistema de preços que “permite a formação de valores ao mesmo tempo que oculta da vista a base social destes”, tão logo a “magnitude dos preços relativos não tem de necessariamente corresponder à magnitude dos valores relativos”

---

<sup>5</sup> “A constante repetição da troca transforma-a num processo social regular, razão pela qual, no decorrer do tempo, ao menos uma parcela dos produtos do trabalho tem de ser intencionalmente produzida para a troca. Desse modo em diante, confirma-se, por um lado, a separação entre a utilidade das coisas para a necessidade imediata e sua utilidade para a troca. Seu valor de use se aparta de seu valor de troca” – Marx (2013, p.162)

(HARVEY, 2013, p.63). Ele esclarece de modo acertado que a razão dos preços relativos não tem de ser igual à razão dos valores relativos, isso em virtude das flutuações entre oferta e demanda, tão frisadas por ele ao longo de toda a análise. Mas a proposição em si é extremamente confusa porque dela se parte uma premissa bastante questionável, a de que o sistema de preços permite a formação de valores. Ora, os valores se formam porque produtores privados, assentados na propriedade privada dos meios de produção, intercambiam entre si produtos do trabalho humano. Harvey inverte o ordenamento lógico-causal. Não é o sistema de preços que viabiliza a formação de valores; ao contrário, é a formação de valores que viabiliza o sistema de preços.

Depois, Harvey (2013, p.64) insere o Estado, o que é de notável interesse para a discussão sobre as funções do dinheiro, principalmente no que toca à forma pela qual o dinheiro se converte de medida de valores para meio de circulação, tema este que será debatido à frente. Assevera ele, “a troca de mercadorias pressupõe o direito dos proprietários privados de dispor livremente dos produtos de seu trabalho”, sendo essa “relação jurídica volitiva” e reflexo da “relação econômica da troca”. Não obstante, far-se-ia necessário o estabelecimento de um poder para manter os direitos de propriedade. E a constituição desse poder se ampara no Estado, que é “uma precondição necessária para o estabelecimento de valores” (HARVEY, 2013, p.64). Bem se sabe, que a partir do momento em que o dinheiro se cristaliza, as mercadorias engendram a si próprias como representações ideais do valor, porquanto expressam tempo de trabalho materializado (MARX, 2008, p.94). Isso ocorre pelo seguinte. Para que as mercadorias sejam representadas idealmente como valores umas às outras, se é necessária a efetivação de uma categoria que medeie tal representação ideal (uma categoria mediadora), e essa categoria é justamente o dinheiro. Desse modo, como o surgimento do equivalente universal de valor (dinheiro) precede o estabelecimento do Estado, se há o estabelecimento de valores (ainda que de maneira precária e parcial) em formações econômico-sociais precedentes à instituição do Estado.

### **3. A CARACTERÍSTICA FUNDAMENTAL DO DINHEIRO**

Harvey (2013, p.54) acertadamente esclarece que o “dinheiro não é estabelecido arbitrariamente ou por mera convenção”, já que a “mercadoria-dinheiro é produzida no curso da história por um processo social específico – a participação nos atos de troca – que tem de ser entendido se quisermos nos aprofundar na lógica interna do sistema de preços.” Tal asserção é de suma importância porque nela se aclara uma distinção elementar da concepção

marxista do dinheiro em relação às concepções de caráter cartalista (tanto a versão neoclássica quanto a versão pós-keynesiana), que é a seguinte: na aceção marxista, o *Estado não possui a capacidade de criar/emitir dinheiro*, ao contrário do que pensam os teóricos cartalistas, que enxergam no Estado a força motriz pela qual se engendra o dinheiro<sup>6</sup>.

Harvey (2013, p.55) também tem méritos por elucidar que o estabelecimento da medida padrão de dinheiro passa por uma “proliferação de relações de troca até o ponto em que a produção de bens para troca se torna um ato social normal”, de modo que o “sistema geral de troca de mercadorias seria impossível sem o dinheiro para facilitá-lo”<sup>7</sup>, e por isso, o “aumento da troca e a emergência de uma mercadoria-dinheiro necessariamente andam juntos.” O dinheiro se constitui concomitantemente à esfera de circulação (ou a circulação propriamente dita), sendo ele próprio, instrumento ou engrenagem da circulação. Sem o dinheiro, não há circulação, mas simples troca (MARX, 2011, p.133), já que para a circulação, se é necessário que, por um lado, a mercadoria se ponha na sua determinabilidade como preço, e que, por outro, os atos de troca se generalizem, com vistas à constituição de uma totalidade, de um circuito integrado de trocas (MARX, 2011, p.135).

No que diz respeito a mercadoria-dinheiro, Harvey (2013, p.324) diz que, “como qualquer outra mercadoria”, esta possui “um valor, um valor de uso e um valor de troca”. Há de se reservar, portanto, um espaço para tratar do próprio entendimento de Harvey sobre o conceito de mercadoria. Como corroborado por Germer (2013, p.10), o valor de troca de uma mercadoria corresponde à proporção segundo a qual valores de uso de um tipo são intercambiados por valores de uso de outro tipo. Nos parágrafos iniciais do capítulo da mercadoria, Marx concebe a mercadoria como duplo de valor de uso e valor de troca, que revelar-se-á mais adiante na duplicidade valor de uso e valor. Isso porque a mercadoria possui uma forma de manifestação que, por lhe ser própria, o distingue de sua forma natural como valor de uso, “a saber, a forma do valor de troca”, a qual encontra projeção somente numa relação de troca com uma mercadoria de outro tipo (MARX, 2013, p.136). Desse modo, a tríade valor de uso, valor de troca e valor, tal como idealizada por Harvey, é falsa.

Prossigamos. Harvey demonstra que o valor da mercadoria-dinheiro é “determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário em sua produção”, assim como o de qualquer outra mercadoria. No tocante ao valor de uso, Harvey afirma que “o valor de uso da

---

<sup>6</sup> Para mais detalhes, ver Germer (1995)

<sup>7</sup> Aqui vale observar que se o sistema geral de troca de mercadorias pressupõe a oposição entre mercadoria e dinheiro, então não faz sentido dizer que esse sistema “seria impossível sem o dinheiro para facilitá-lo”, esse raciocínio é tautológico.

mercadoria-dinheiro é o de facilitar a circulação das mercadorias”, e desse modo ele funciona como um meio de circulação. Essa declaração é de fundamental importância, porque nela se assevera que o valor de uso do dinheiro (mercadoria-dinheiro) se respalda na facilitação das condições de curso das mercadorias. Tal entendimento é, no entanto, inverossímil. O valor de uso do dinheiro (mercadoria-dinheiro) é ser equivalente universal de valor, como enfatiza Germer<sup>8</sup>, isto em razão da função social do dinheiro ser expressar valor em estado autonomizado, servindo como “forma de manifestação do valor das mercadorias ou como o material no qual as grandezas de valor das mercadorias se expressam socialmente”, sendo neste sentido que Marx (2013, p.164) afirma que a mercadoria-dinheiro ganha um valor de uso formal, proveniente de suas funções sociais específicas como equivalente universal de valor. Não se trata aqui de mero preciosismo teórico, já que a atribuição do valor de uso do dinheiro (mercadoria-dinheiro) à sua função como um simples meio de circulação dá vazão à um entendimento estreito sobre o conceito de dinheiro, como se este estivesse circunscrito ao âmbito da circulação.

Harvey (2013, p.325) aponta que a oposição entre as formas relativa e equivalente de valor é preservada na forma-dinheiro “porque a mercadoria-dinheiro agora incorpora duas medidas de valor: o tempo de trabalho socialmente necessário que ela incorpora, e o tempo de trabalho socialmente necessário pelo qual, em média, ela pode ser trocada”. A afirmação em si é profundamente nebulosa, afinal, no que se pauta essa incorporação dúplice de medidas de valor por parte da mercadoria-dinheiro? Ao que parece, Harvey confunde diferentes níveis de abstração, sendo nítido quando afirma que “em um mundo perfeito as duas representações de valor devem coincidir. Mas o desregramento da produção e da troca de mercadorias sempre impossibilita o alcance dessa perfeição” (HARVEY, 2013, p.325). Embora não esteja incorreto, Harvey incorre em um procedimento metodológico inadequado ao violar o pressuposto da troca de equivalentes no momento em que a análise se encontra em um nível de maior abstração teórica, do qual esse recurso se faz presente. Como bem se sabe, o exercício da abstração requer deixar de lado componentes irrelevantes a fim de desnudar os fundamentos lógicos de um conceito ou de uma categoria, dado o correspondente nível de exposição. Não obstante, Harvey (2013, p.55) afirma em outro momento que o “dinheiro se torna o valor do que ele vai comprar”, e assim, o dinheiro adquire um valor de troca duplo, “ditado por suas próprias condições de produção (seu valor de troca inerente) e pelo que ele

---

<sup>8</sup> “Com o dinheiro desfaz-se a contradição inerente à mercadoria entre o valor como sua forma social, e o valor de uso como sua forma natural, pois o valor de uso do dinheiro consiste exclusivamente em ser equivalente geral do valor, isto é, representar valor em estado puro.” – (GERMER, 1995, p.16)

vai comprar (seu valor reflexo). Essa asserção encerra graves problemas. Harvey confunde valor com valor de troca; o valor de troca é posto em sua determinabilidade mediante a sua projeção na troca. A exposição de Harvey dá a entender que a duplicidade do valor de troca se respalda, por um lado, no valor de troca determinado pelas condições de produção (o que na verdade é o seu valor) e, por outro, no valor de troca refletido (o qual é de fato engendrado na troca, ao seu entender). Se o dinheiro se converte no valor que ele vai comprar, a mercadoria é intercambiada, na verdade, pelo seu valor de troca “reflexo”, e não pelo seu valor de troca “inerente”, o qual não se projeta na troca e, portanto, não se realiza como valor de troca. E mais, estaria Harvey a afirmar que o dinheiro pode deixar de ser um valor “intrínseco” para converter-se numa forma “simbólica”, enquanto forma meramente representativa do valor que ela pode adquirir em mercadorias?

Harvey (2013, p.56) tenta se justificar em seguida. Diz ele, que “Marx explica que tal dualidade surge porque o valor de troca”, inicialmente concebido como um atributo interno de todas as mercadorias, “é agora representado por um padrão de medida que é externo e totalmente separado das próprias mercadorias”. É necessário esclarecer que essa passagem (do Marx) se encontra completamente fora de contexto. Há de se ter aqui em vista, o processo de autonomização do valor. O valor encontra no dinheiro sua forma de expressão autonomizada, no sentido de que a mercadoria faculta a propriedade de ser valor ao dinheiro. Isso significa que a mercadoria é valor, mas já não possui a propriedade de sê-lo, já que esta se tornou monopólio do dinheiro, fazendo do dinheiro medida de valores. Desse modo, o dinheiro constitui “o valor de troca despreendido das próprias mercadorias”, sendo “ele próprio existente junto delas como mercadoria”, e nesse sentido o “valor de troca adquire uma existência material dela separada”. (MARX, 2011, p.94)

Entretanto, Harvey alega que a solução desse problema “só é alcançada à custa da internalização da dualidade do valor de uso e do valor interno ao valor de troca do próprio dinheiro” (HARVEY, 2013, p.57). Tal afirmação encerra notável inconsistência. O processo de autonomização do valor pressupõe a externalização progressiva da oposição valor de uso/valor de troca. Com o dinheiro, o valor de uso e o valor de troca são apartados um do outro. De um lado, a mercadoria como valor de uso; do outro, o dinheiro como valor em estado puro (MARX, 2011, p.135). Tal movimento constitui um desdobramento para níveis de maior concreticidade; da mercadoria em si, como corpo individual, para a mercadoria em seu conjunto, na infinidade de relações expressas no domínio da troca. Desse modo, é injustificada a pressuposição de uma internalização dual por parte de Harvey, já que o valor se

externaliza no valor de troca por meio da própria de troca, e que, por sua vez, encontra sua expressão autonomizada no dinheiro.

Em sequência, Harvey afirma corretamente, que o dinheiro, enquanto equivalente universal de valor, “funciona como medida de valores”, mas obscurece a questão quando diz que o dinheiro (como medida de valores) “proporciona um padrão de preço contra o qual o valor de todas as outras mercadorias pode ser avaliado” (HARVEY, 2013, p.325). Ao que parece, o autor não diferencia as funções medida de valor e padrão de preços. Enquanto medida de valor e padrão de preços, o dinheiro desempenha papéis totalmente diferentes. Ele é medida de valor por ser a objetivação social de trabalho humano, no sentido de que todas as mercadorias (das quais a mercadoria-dinheiro se exclui) relegam a propriedade de serem valor ao dinheiro, de modo que esta se torna a “representação ideal do valor”. Em outras palavras, o valor se autonomiza na mercadoria específica (mas ainda de maneira muito limitada), permitindo que as mercadorias sejam convertidas em preços, ou seja, em quantidades representativas da mercadoria específica, que no caso é o ouro; por outro lado, o dinheiro é padrão de preços (ou padrão monetário) “por ser um peso metálico estipulado”, e dessa forma, “quantidades de ouro se medem por determinada quantidade de ouro, e não o valor de uma quantidade de ouro pelo peso de outra quantidade” (MARX, 2013, p.172-3). Diante de tais indicações, podemos inferir que: em primeiro lugar, o dinheiro não proporciona tão somente um padrão de preços, ele próprio funciona como padrão de preços; como medida de valor, a medição das mercadorias se dá em termos de valores; como padrão de preços, quantidades de ouro se medem por certa quantidade de ouro; como medida de valor, o dinheiro é posto idealmente como representação do valor; representação esta, que do ponto de vista histórico, antecede a imposição de um padrão de preços.

Mais à frente, Harvey (2013, p.325) formula um exemplo, em que se assume, “por um momento, que o ouro seja a única mercadoria-dinheiro”. E nem poderia ser diferente, já que somente uma mercadoria pode funcionar como medida de valor e, portanto, como dinheiro (ou mercadoria-dinheiro), haja visto que a duplicação da medida de valor contradiz sua própria função”<sup>9</sup>. Sigamos em frente. Harvey possui méritos ao ressaltar que Marx rejeita a

---

<sup>9</sup> “Portanto, se duas mercadorias, por exemplo, o ouro e a prata, servem simultaneamente como medidas de valor, então todas as mercadorias possuem duas expressões distintas de preço, o preço-ouro e o preço-prata, que coexistirão tranquilamente pelo tempo que permanecer inalterada a relação de valor entre o ouro e a prata, por exemplo = 1:15. Mas qualquer alteração nessa relação de valor vem perturbar a relação entre o preço-ouro e o preço-prata das mercadorias e comprova, na prática, que a duplicação da medida de valor contradiz sua função” – MARX, 2013, p.171

proposição quantitativista de que a quantidade de dinheiro em circulação determina o nível de preços, como se as mercadorias entrassem na circulação sem valores.

Dando continuidade aos seus exemplos, Harvey (2013, p.326) declara que quando “o ouro funciona meramente como um meio de circulação”, os custos de produção devem ser classificados como parte dos custos imanes da circulação, isso porque o ouro que funciona como dinheiro deve permanecer para sempre no âmbito da circulação. Torna-se ainda mais evidente com essa asserção, que Harvey considera o funcionamento do ouro como um “meio de circulação” e o funcionamento do ouro como “dinheiro” como coisas equivalentes. Ele enfatizara, pouco antes disso (com méritos) a passagem em que Marx expõe a necessidade de um entesouramento (estoque de reserva de ouro) para acomodar as variações entre preços e valores, provenientes da flutuação das necessidades de ouro. Mas se o ouro funciona como meio de entesouramento, ele não permanece eternamente na circulação. Mesmo que Harvey tenha contemplado em seu exemplo somente o funcionamento do dinheiro como um meio de circulação, se é necessário frisar que a atuação do dinheiro como meio circulante pressupõe sua atuação como meio de entesouramento. Ademais, se mostra evidente a confusão proveniente de sua incompreensão em relação à função fundamental do dinheiro, no caso, de ser especificamente medida de valor, e não meio de circulação. Todas as funções subsequentes estão inscritas em uma totalidade, cada qual expressa um estágio determinado do progressivo processo de autonomização do valor. E além de Harvey considerar a função meio de circulação como a função fundamental da mercadoria-dinheiro, este solapa as relações conceituais as quais se permite conectar as diferentes funções do dinheiro, dados os seus correspondentes estágios de determinação, sendo inadmissível do ponto de vista conceitual a exacerbação do meio de circulação, como se seu mero funcionamento como meio de circulação” não pressupôs-se o encadeamento causal no qual o dinheiro converte-se em meio de entesouramento, por exemplo.

Adiante, Harvey (2013, p.326) detalha o que deveria ser destacado por ele como o que marca a transubstanciação do dinheiro como medida de valores, para o dinheiro como padrão de preços. Ele diz que “a pesagem e calibração do ouro são ao mesmo tempo arriscadas e incômodas” e que o “ouro... é inflexível, caro e inconveniente quando usado como uma mera mercadoria-dinheiro”, de modo que a pesagem pode ser substituída pela mera contagem, e assim “a mercadoria-dinheiro se transforma em moeda”. Já se sabe que Harvey reduz a mercadoria-dinheiro à um mero meio de circulação, mas as consequências de seu equívoco teórico vão se tornando cada vez mais sérias, já que somente a partir do estabelecimento da função de medida de preços (e, portanto, de padrão de preços) que o dinheiro pode se

converter em meio circulante, o que desqualifica por completo o ordenamento causal em sua análise, já que o dinheiro só pode funcionar como meio de circulação mediante a imposição de um padrão de preços.

#### **4. DINHEIRO DE CRÉDITO E PAPEL-MOEDA**

Com a assunção da responsabilidade de cunhagem das moedas por parte do Estado, Harvey (2013, p.326) afirma que este assume “um papel de agente econômico”. Como desdobramento processual, as moedas metálicas são progressivamente substituídas por fichas ou “símbolos” de papel, elementos estes denominados por ele como “papel-moeda conversível”. Harvey ressalta a redução dos custos de circulação possibilitada por esses papéis, e alega que essas economias só são possíveis se “a quantidade de papel-moeda puder exceder a quantidade total de mercadoria-dinheiro em que esse papel-moeda pode ser convertido”. Mas em períodos de crise, têm-se o encetamento da possibilidade de não-convertibilidade dos papéis, o que inviabiliza a retirada dos mesmos do âmbito da circulação. Do ponto de vista de Harvey, esse problema se resolve com “o papel-moeda puro – o papel moeda não conversível lançado pelo Estado e com a circulação compulsória”, responsável pela cisão umbilical entre o “dinheiro e o processo de produção de qualquer mercadoria-dinheiro”.

Analisemos de modo detalhado esse conjunto de proposições. i) Harvey não distingue de maneira adequada os dois expedientes de circulação monetária cristalizados na forma de cédulas de papel; cabe dizer, a nota bancária – o que ele inconvenientemente chama de papel-moeda “conversível – e o papel-moeda propriamente dito – inconversível e de curso forçado<sup>10</sup>. Esses espécimes são de natureza claramente distinta. A nota bancária tem como origem a função meio de pagamento do dinheiro, enquanto o papel-moeda provém da função meio de circulação do dinheiro. A isso, denota-se o fato de a nota bancária constituir uma forma de dinheiro de crédito, ao contrário do papel-moeda; ii) Não há plausibilidade na afirmação de que os custos de circulação apenas se reduzem quando o volume de notas bancárias supera o volume de dinheiro metálico, isso é, do dinheiro propriamente dito, afinal, o dinheiro é ele próprio um custo de circulação (MARX, 2017, p.492). Do simples fato dele ser excluído de boa parte das transações, já se há a redução dos custos de circulação; iii) a substituição das moedas metálicas constitui um evento que não guarda relação com o

---

<sup>10</sup> Essa distinção teórica foi brilhantemente enfatizada por Germer (2001)

desdobramento da função de meio de pagamento, – função esta ensejada pelo sistema de crédito – como ele faz parecer. Isso porque a substituição das moedas metálicas por símbolos de papel diz respeito a transformação do dinheiro em meio de circulação, e não em meio de pagamento; iv) o papel-moeda corresponde à estágios menos desenvolvidos do modo de produção capitalista, em que o sistema de crédito não se encontra plenamente consolidado<sup>11</sup>. Vê-se que a concepção de predominância do papel-moeda em estágios mais avançados do capitalismo se mostra latente com a incompreensão da sucessão lógica das diferentes funções do dinheiro.

E segue Harvey (2013, p.327). “Do ponto de vista de simples meio de circulação, o dinheiro também pode assumir muitas formas”. Com essa declaração, Harvey claramente se afasta da concepção de Marx sobre o dinheiro. É verdade que o dinheiro (ouro) foi substituído de sua função como meio de circulação por signos de valor. No entanto, esses símbolos de papel não constituem formas de dinheiro<sup>12</sup>. Essa incongruência se torna ainda mais explícita quando afirma que “o dinheiro é mais que um simples meio de circulação”, e que “deixando de lado a sua função como medida de valor, o dinheiro ainda possui propriedades transcendentais”<sup>13</sup>. Ora, deixa-se de lado justamente a função que transforma a mercadoria específica em dinheiro (equivalente universal de valor), ou seja, a função que faz dela dinheiro. Harvey se esquece que o “dinheiro só desempenha a função de meio de circulação por ser o valor autonomizado das mercadorias” (MARX, 2013, p.189), ou seja, o dinheiro só pode funcionar como tal por ser medida de valores.

Harvey (2013, p.328) também afirma que o “dinheiro permite a separação das vendas e compras no espaço e no tempo”, dado que que um “agente econômico pode vender uma mercadoria por dinheiro em um local e tempo” e usar esse dinheiro para comprar uma mercadoria de valor equivalente em outro espaço e época. Desse modo, o dinheiro tem de ser capaz de funcionar como uma “reserva de valor confiável” (HARVEY, 2013, p.328).

Suas concepções a esse respeito são ainda mais claras em “*17 contradições e fim do capitalismo*”. Harvey (2017, p.38-39) afirma que, “embora o dinheiro-mercadoria tenha

---

<sup>11</sup> “ O papel-moeda é geralmente emitido quando o Estado não possui meios para pagar as suas dívidas com dinheiro real – o ouro -, e, na falta de um sistema de crédito como existe hoje, no qual pudesse obter financiamento, o faz emitindo cédulas de papel com valor correspondente ao da moeda metálica em circulação. – (GERMER, 2001, p.212)

<sup>12</sup> “Do fato de o dinheiro, em funções determinadas, poder ser substituídos por simples signos de si mesmo, derivou outro erro, segundo o qual ele seria um mero signo” – (MARX, 2013, p.165)

<sup>13</sup> Tais propriedades transcendentais correspondem ao fato do dinheiro representar o “valor de troca *par excellence*”, colocando-se em oposição às demais mercadorias (HARVEY, 2013, p.328). Ou seja, essa propriedade transcendental é, justamente, ser medida de valor. Desse modo, Harvey está a dizer que além do

fornecido uma base material sólida para a representação do trabalho social”, ele “foi rapidamente substituído por formas de dinheiro mais práticas e flexíveis”. Desse modo em diante, “o dinheiro que originalmente era necessário para dar forma física à imaterialidade do trabalho social passou a ser representado por símbolos, representações e, por fim, números em contas informatizadas”, o que em sua acepção, permite que o dinheiro se “expandam sem nenhum limite técnico”. Mais à frente, Harvey nos lembra do fim do tratado de Bretton-Woods, a partir do qual a “base metálica do dinheiro global foi totalmente abandonada”, tornando “a criação e acumulação do dinheiro” em atividades “potencialmente ilimitadas”. Essa argumentação é no mínimo peculiar. Se o dinheiro-mercadoria foi substituído por formas de dinheiro “mais práticas”, tão logo, esse perdeu suas funções sociais como equivalente universal de valor por uma mera questão de conveniência e praticidade? Tal concepção é, no mínimo, inconsistente. E mais, é cabível do ponto de vista teórico conceber que o dinheiro pode se expandir infinitamente, sem entrar em choque com a própria economia real? Não seria a concepção de Harvey sobre o abandono da base metálica do dinheiro mundial, resultado de uma percepção ingênua no que diz respeito ao desaparecimento aparente dos vínculos explícitos entre os padrões monetários e o ouro?

No prosseguir de sua análise, ele diz que “o dinheiro-mercadoria é bom pra armazenar valor, mas imperfeito quando se trata de circular as mercadorias no mercado”<sup>14</sup>, enquanto “moedas e papel-moeda são ótimos como meios ou instrumentos de pagamento, mas não são tão seguros como reserva de valor a longo prazo”, já que o “dinheiro fiduciário emitido pelo Estado com circulação compulsória está sujeito aos caprichos das autoridades que o emitem”. Em primeiro lugar, vê-se que a exacerbação do meio de circulação – elemento sempre presente em suas análises sobre os fenômenos monetários – não permite que Harvey se aperceba do rol de diferentes funções que a mercadoria-dinheiro desempenha. Na circulação, o dinheiro dá lugar aos signos de valor (moedas metálicas de menor valor, fichas, símbolos de papel e etc.), mas ele jamais poderá ser substituído como medida de valor e/ou equivalente universal dos valores. Em segundo lugar, o “dinheiro fiduciário” é um conceito importado de um paradigma teórico concorrente (keynesiano), além deste ser claramente incompatível com

---

dinheiro ser medida de valor, o dinheiro possui a propriedade de ser medida de valor (sic!); logo, se trata de mera tautologia.

<sup>14</sup> Ele procede da mesma maneira em *A Loucura da Razão Econômica*: “Embora o ouro seja excelente como medida de valor, padrão de preços e veículo de economia (porque é um metal que não oxida), é péssimo como meio de circulação. Esta última função é mais bem cumprida por símbolos de dinheiro, como moedas, moedas fiduciárias emitidas pelo Estado e, finalmente, dinheiro eletrônico.” (HARVEY, 2018, p.69)

o paradigma teórico marxista, visto que Marx jamais concebeu teoricamente uma forma de dinheiro baseada na confiança e destituída de qualquer lastro.

Em *A Loucura da Razão Econômica*, Harvey (2018, p.70) dá continuidade ao seu argumento, e assevera que “o dinheiro simbólico se tornou gradualmente dominante à medida que o comércio se expandia”, de modo que o “corte do lastro do dinheiro com sua base metálica no início dos anos 1970 produziu dois sistemas simbólicos – valor e dinheiro –, em um estranho abraço dialético”. Harvey não dá continuidade ao desenvolvimento da ideia, dando a entender que além do dinheiro, o próprio valor se tornou simbólico, o que é absurdo.

Harvey (2013, p.339) alega que o “uso do dinheiro como um meio de circulação através da ação do sistema de crédito solapa a utilidade do dinheiro como medida de valor e uma reserva de valor”. Há de se ter um cuidado teórico especial com essa asserção. Com o sistema de crédito, a relação vendedor/comprador se desdobra na relação credor/devedor, e nela o dinheiro se converte em meio de pagamento. Tal fenômeno constitui a expressão do desenvolvimento da circulação de mercadorias, a qual se dá em condições em que se é possível apartar temporalmente a alienação da mercadoria e a realização de seu preço (MARX, 2013, p.208). Isso é, *A aliena a sua mercadoria à B, sob a condição de receber a contrapartida após um prazo pré-determinado. O dinheiro “não medeia mais o processo”, visto que ele já não funciona como um meio de circulação, cabendo a ele tão somente encerrar o processo de maneira independente, enquanto forma de existência autônoma ou absoluta do valor (MARX, 2013, p.209). Portanto, a proposição de Harvey é, neste caso, absurda. Em primeiro lugar, é pressuposto que através do sistema de crédito, o dinheiro é substituído de sua função como meio de circulação, sendo a transubstanciação do dinheiro de meio de circulação para meio de pagamento, um resultado desse processo. Em segundo lugar, o dinheiro (meio de pagamento) entra na circulação após a mercadoria já ter saído dela, concluindo o processo de maneira independente, o que não afeta em nada a sua função como medida de valor. Em terceiro lugar, a função meio de pagamento não guarda nenhuma relação com a função reserva de valor (que sequer está no Marx).*

## **5. UMA TEORIA GERAL DO DINHEIRO?**

Em sua análise sobre o dinheiro e o sistema de crédito, Harvey não se preocupa (em demasia, como ele próprio diz) com a dinâmica geral do fenômeno, a qual, ao nosso ver, conecta o desenvolvimento do sistema de crédito e o processo de progressiva autonomização

do valor<sup>15</sup>. Por ora, deixemos isso assinalado a fim de reservar o devido trato crítico a partir do desdobramento lógico de suas proposições.

Harvey alega que Marx estabeleceu uma “teoria muito geral e extremamente abstrata do dinheiro no primeiro livro d’O Capital”. Tal colocação é no mínimo questionável se para Harvey “muito geral” significa “universal”. Existe, afinal, uma teoria geral (universal) do dinheiro no primeiro livro d’O Capital? Ora, a partir do momento em que se põe em marcha a circulação capitalista, a circulação simples converte-se em um elemento a ela subordinado, da mesma maneira que o dinheiro se subordina ao capital, uma forma de expressão autônoma do valor mais desenvolvida que ele próprio. Tal procedimento, como nos adverte Germer (1995, p.29), conduz à sérios equívocos teóricos, já que nele a teoria do dinheiro aparece separada da teoria do capital. Se o dinheiro aparece em formações econômico-sociais menos desenvolvidas no que diz respeito ao aspecto mercantil, ele teria de ser, necessariamente, compreendido como uma particularização da mesma teoria geral. Não à toa, mais adiante, Harvey utiliza de maneira desavisada o conceito de “economia monetária”. Germer é enfático ao afirmar que tal expressão é típica do enfoque keynesiano, o qual pressupõe o dinheiro como categoria dominante a que todas as demais se subordinam, sendo que no capitalismo o valor assumiu uma forma mais evoluída, que é justamente o capital.

Conceber a economia capitalista como urna ‘economia monetária’ consiste em um procedimento teoricamente inaceitável já identificado e criticado por Marx na economia clássica e muito mais na ‘economia vulgar’. que consiste em abstrair precisamente a característica decisiva, a ‘differentia specifica’ que distingue duas realidades contrastantes. reduzindo-as portanto a uma coisa só. No presente caso. o dinheiro no capitalismo é identificado com o dinheiro na circulação simples, omitindo-se precisamente a característica decisiva que, no capitalismo. o distingue do simples dinheiro. Não se trata apenas. portanto. de uma diferença terminológica. Assim sendo, atribuir a Marx a caracterização do capitalismo como uma ‘economia monetária’ é conceitualmente incorreto e além disto substitui o conceito adequado criado por ele, de ‘economia capitalista’. por um conceito indevidamente importado de outro paradigma teórico. – GERMER, 1995, p.28

Harvey (2013, p.323) assevera que o tema que serve de fio condutor dos capítulos do dinheiro e do sistema de crédito, é o de que “o dinheiro serve como a encarnação do poder social geral, independente e externo aos processos particulares da produção ou das mercadorias específicas”. Dessa maneira, o dinheiro é a encarnação social do poder geral porque ele se volta aos agentes da troca como uma força que lhes é estranha, soberana e

---

<sup>15</sup> “As peças são inicialmente colocadas no lugar, sem preocupação demasiada com a dinâmica geral, o pleno desenvolvimento das contradições ou a suposta “transformação interna do capitalismo” promovida pela ascensão do sistema de crédito” – HARVEY (2013, p.323)

independente<sup>16</sup>; ou seja, a sanção social das mercadorias passa inerentemente pelo dinheiro, embora não seja este o produtor desta sanção, mas sim o ato de troca propriamente dito. Poder-se-ia dizer, de igual maneira, que enquanto momento do processo de autonomização do valor, a forma de equivalente universal de valor amalgamou-se à forma natural de uma mercadoria específica, o que implica dizer que ambas as formas se imbricaram em um corpo homogêneo.

Não obstante, há de se esclarecer as propriedades da forma-equivalente (as quais se projetam na forma de equivalente universal, ou seja, na forma-dinheiro). A forma-equivalente apresenta três propriedades: i) “o valor de uso se torna a forma de manifestação do seu contrário, do valor”; ii) “o fato do trabalho concreto tornar-se a forma de manifestação de seu contrário, o trabalho humano abstrato”; iii) “o trabalho privado converte-se na forma de seu contrário, trabalho em forma imediatamente social” (MARX, 2013, p.133-135). Tais peculiaridades foram enfatizadas por Germer (2013, p.10), que nos lembra que essas são as “propriedades assumidas por mercadorias”. Portanto, a emanação social do poder geral do dinheiro pressupõe a assunção dessas características por parte de uma mercadoria específica, de modo que, “a condição essencial da forma-equivalente consiste em ser uma mercadoria (GERMER, 2013, p.11).

Desse modo, constata-se que o dinheiro tem de ser por necessidade lógica (em vistas ao arcabouço teórico legado por Marx), uma mercadoria<sup>17</sup>, muito embora, Harvey afirme que o dinheiro deixou de ser uma mercadoria para converter-se em um mero símbolo<sup>18</sup>, o qual, ao seu ver, permanece apenas em sua determinação como “dinheiro de conta”, enquanto “dinheiro simbólico”, “dinheiro fiduciário”, “dinheiro eletrônico” e etc. Isso porque Harvey exagera a função meio de circulação do dinheiro, sendo que já na época de Marx, o dinheiro (ouro) foi progressivamente retirado da circulação em função do desenvolvimento do sistema de crédito. Agora, cabe dizer, se de fato, o ouro foi desvinculado do sistema monetário internacional, e se, portanto, o dinheiro deixou de ser uma mercadoria (o ouro).

---

<sup>16</sup> “Decorre daí a mágica do dinheiro. O comportamento meramente atomístico dos homens em seu processo social de produção e, com isso, a figura reificada de suas relações de produção, independentes de seu controle e de sua ação individual consciente, manifestam-se, de início, no fato de que os produtos assumem universalmente a forma de mercadoria”. (MARX, 2013, p.167)

<sup>17</sup> Para mais detalhes, ver Germer (2013)

<sup>18</sup> No entanto, Harvey possui o mérito de rejeitar a proposição de que o dinheiro de crédito poderia assumir a forma de equivalente universal de valor.

## REFERÊNCIAS

- FURTADO, Paulo Henrique. David Harvey: mercadoria, capital, capital de empréstimo e capital fictício – Notas críticas. Anais do Evento Nacional de Economia Política, 2018
- GERMER, Claus Magno. Dinheiro, capital e dinheiro de crédito: o dinheiro segundo Marx. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas – Instituto de Economia. Campinas, 1995.
- GERMER, Claus Magno. Dinheiro e dinheiro de crédito no capitalismo avançado. *Ensaio FEE*, Porto Alegre – RS. v.22, n.1, p.205-228, 2001.
- GERMER, Claus Magno. Marx e a teoria do dinheiro como mercadoria: fundamentos lógicos. *Crítica Marxista*, Campinas – SP. n.37, p.9-25, 2013.
- HARVEY, David. *17 contradições e o fim do capitalismo*; tradução de Rogério Bettoni. Boitempo Editorial, 1º ed., São Paulo – SP, 2016.
- HARVEY, David. *A loucura da razão econômica*. Boitempo Editorial, 1º ed, São Paulo – SP, 2018.
- HARVEY, David. *Os limites do capital*; Tradução de Magda Lopes. Boitempo Editorial, 1º ed, São Paulo – SP, 2013.
- MARX, Karl. 1818-1883. *Contribuição à crítica da economia política*; tradução e introdução de Florestan Fernandes. Expressão Popular, 2º ed. São Paulo – SP, 2008.
- MARX, Karl. 1818-1883. *O Capital, crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital*. Boitempo Editorial. São Paulo – SP, 2013.
- MARX, Karl. 1818-1883. *O Capital, crítica da economia política. Livro II: o processo de circulação do capital*. Boitempo Editorial. São Paulo – SP, 2014.
- MARX, Karl. 1818-1883. *O Capital: crítica da economia política: Livro III: o processo global da produção capitalista*. Edição de Friedrich Engels. Boitempo Editorial. São Paulo – SP, 2017.
- MARX, Karl. 1818-1883. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*; supervisão editorial de Mario Duayer, Nélio Schneider (colaboração de Alice Helga Werner e Rudiger Hoffman). Boitempo Editorial. São Paulo – SP, 2011.